



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GABINETE DO DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001172-02.2016.815.0461.

Origem : *Comarca de Solânea.*

Relator : *Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.*

Apelante : *Banco Bradesco S/A.*

Advogado : *Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB/PB nº 32.505-A).*

Apelada : *Lúcia de Fatima Souza.*

Advogado : *Tiago José Souza da Silva (OAB/PB nº 17.301).*

APELAÇÃO. REVISIONAL DE CONTRATO. TARIFAS DECLARADAS ILEGAIS EM DEMANDA ANTERIOR. PRETENSÃO DE PERCEPÇÃO DOS VALORES COBRADOS A TÍTULO DE JUROS SOBRE TAXAS JÁ DECLARADAS ILEGAIS. VEDAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DEVIDA. DEVOLUÇÃO DOS VALORES DE FORMA SIMPLES. DESPROVIMENTO.

- Seguindo a lógica do princípio da gravitação jurídica – segundo o qual o acessório segue o principal –, uma vez declarada a abusividade de cláusulas contratuais, com a consequente devolução do valor com base nelas indevidamente cobrado, a condenação na restituição dos juros remuneratórios incidentes sobre as taxas indevidas é consectário lógico dentro da ideia da vedação ao enriquecimento sem causa.

- Sendo a devolução em dobro pertinente apenas no caso de cobrança realizada com má-fé, bem como se verificando o fato de o consumidor ter expressamente celebrado o contrato com os encargos questionados, há de se condenar a instituição financeira à devolução simples.

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDA a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba,

em sessão ordinária, negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, unânime.

Trata-se de **Apelação Cível** interposta pelo **Banco Bradesco S/A** contra sentença (fls. 102/103) proferida pelo Juízo da Comarca de Solânea que, nos autos da “Ação Declaratória com pedido de Repetição do Indébito” ajuizada por **Lucia de Fatima Sousa**, julgou parcialmente procedente os pedidos iniciais.

Na peça de ingresso, a autora relatou que, após a verificação de abusividades em contrato de financiamento firmado com o promovido, ajuizou uma ação (Processo nº 046.2012.002.503-9) impugnando as taxas de seguro proteção, despesa gravam, tarifa de cadastro e de despesas com terceiros, sobrevivendo sentença de procedência, garantindo-lhe o recebimento em dobro dos valores correspondentes às tarifas ilegais. Aduziu que, nesta nova demanda, pretende receber os juros mensais advindos das taxas ilegais, pleiteando a condenação à repetição do indébito na forma dobrada.

Contestação apresentada (fls. 46/56), alegando a preliminar de coisa julgada, além de impugnar o pedido de justiça gratuita. No mérito, enfatizou, substancialmente, a legalidade da contratação.

Réplica impugnatória (fls. 91/98).

Sobreveio, então, sentença de parcial procedência, condenando o réu a devolver à autora, de forma simples, os valores referentes aos encargos que afetaram as tarifas consideradas ilegítimas na ação nº 046.2012.002.503-9 (fls.102/103).

Inconformada, a instituição bancária interpôs Recurso Apalatório (fls. 107/119), alegando a inexistência de vantagem excessiva ou abusiva, por ausência de onerosidade desarrazoada e da existência de fato superveniente autorizador da revisão contratual. Sustenta que os valores pleiteados já foram devolvidas na ação anteriormente ajuizada, a qual questionou as tarifas cobradas no contrato. Defende que a procedência da demanda levará um indevido *bis in idem*, com enriquecimento ilícito por parte da apelada.

Contrarrazões apresentadas (fls.132/137), pleiteando o desprovimento do recurso.

O Ministério Público, por meio de sua Procuradoria de Justiça, opinou pelo prosseguimento do feito sem manifestação meritória (fls. 142/144).

É o relatório.

VOTO.

Primeiramente, cumpre registrar que a sentença apelada fora prolatada após a vigência do Código de Processo Civil de 2015, devendo-se, pois, observar os novos regramentos acerca dos requisitos de admissibilidade

dos meios de impugnação de decisão judicial, bem como da condenação em honorários sucumbenciais recursais, conforme Enunciados Administrativos nº 3 e 7 do Superior Tribunal de Justiça. Assim sendo, presentes os requisitos de admissibilidade, conhecimento do recurso apelatório, passando a sua análise.

Conforme se infere dos autos, a presente lide gira em torno da pretensão autoral de condenação da instituição promovida ao pagamento de juros obtidos a partir de valores decorrentes de tarifas declaradas ilegais em anterior demanda judicial.

Aqui, não cabe apreciar, por absoluta impertinência, as alegações quanto à legalidade de tarifas já declaradas ilegais em decisão transitada em julgado. A análise será restrita à pertinência do pedido de devolução da quantia de juros que incidiu sobre taxas já reconhecidas abusivas. Logo, a solução é mais simples, inexigindo a necessidade de incidência da teoria da imprevisão ou mesmo os argumentos de legalidade da cobrança da tarifa de abertura de crédito e de serviços de terceiros.

Uma vez reconhecido que a cobrança de das tarifas contratuais foram efetuadas indevidamente, para que se restituam às partes ao *status quo ante*, mostra-se necessária a devolução, na forma simples, da quantia referente aos acréscimos/juros que sobre elas fez o banco incidir, sob pena de ocorrência do enriquecimento ilícito da instituição financeira, fato este rechaçado pelo ordenamento jurídico pátrio.

Sob este prisma já decidiu esta Corte de Justiça:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PEDIDO DE JUROS REMUNERATÓRIOS QUE INCIDIRAM SOBRE TARIFA DECLARADA ILEGAL EM DEMANDA QUE TRAMITOU PERANTE O JUIZADO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO, POR AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. PLEITOS DIFERENTES DAQUELES REQUERIDOS NA LIDE ANTERIOR. AÇÃO ADEQUADA E NECESSÁRIA AO OBJETIVO ALMEJADO. INTERESSE DE AGIR EVIDENTE. ANULAÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. PROVIMENTO DO APELO, COM O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO A QUO PARA O SEU REGULAR PROCESSAMENTO. In casu, considerando que no processo que tramitou perante o 1º juizado especial cível de João pessoa não houve nem no pedido, nem na sentença, análise dos juros remuneratórios incidentes sobre a tarifa declarada ilegal, a extinção do feito pela ausência do interesse de agir deve ser afastada, sendo a presente ação adequada e necessária ao objetivo almejado. ‘ação de restituição de valores. Tarifas declaradas ilegais perante o juizado especial cível. Restituição dos juros incidentes. Coisa julgada material. Não

ocorrência. Sentença desconstituída. Recurso provido. 'No caso dos autos, não há que se falar em ocorrência de coisa julgada, haja vista que os pedidos de declaração de abusividade das tarifas, formulados em demanda ajuizada perante o juizado especial cível, e a pretensão de devolução dos juros remuneratórios que incidiram sobre tais encargos, não se confundem.' (TJMG; APCV 1.0701.13.032691-4/002; Rel. Des. Edison feital leite; julg. 07/05/ 2015; DJEMG 15/05/2015). *'Processual Civil e Civil. Apelação cível. Ação declaratória. Cobrança de juros relativos à tac. Processo anterior que analisou as tarifas e declarou-as ilegais. Novo processo. Pedido de juros sobre as tarifas declaradas ilegais. Inocorrência da coisa julgada. Tríplice identidade da ação. Não configuração. Má-fé. Indemonstrada. Devolução. Forma em dobro. Descabimento. Provimento parcial. Juros remuneratórios: devem ser devolvidos os que incidiram sobre as tarifas e encargos a serem restituídos, a fim de evitar o enriquecimento sem causa. A repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, tem como pressuposto de sua aplicabilidade a demonstração da conduta de má-fé do credor, o que fica afastado, no caso dos autos, ante a pactuação livre e consciente celebrada entre as partes.'* (TJPB; apl 0004534-53.2013.815.2001; Terceira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides; DJPB 25/08/2015; pág. 17) ”
(TJPB; APL 0056172-91.2014.815.2001; Primeira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. José Ricardo Porto; DJPB 01/03/2016)

“PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA. COBRANÇA DE JUROS RELATIVOS À TAC. PROCESSO ANTERIOR QUE ANALISOU AS TARIFAS E DECLAROU-AS ILEGAIS. NOVO PROCESSO. PEDIDO DE JUROS SOBRE AS TARIFAS DECLARADAS ILEGAIS. INOCORRÊNCIA DA COISA JULGADA. TRÍPLICE IDENTIDADE DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. MÁ-FÉ. INDEMONSTRADA. DEVOLUÇÃO. FORMA EM DOBRO. DESCABIMENTO. PROVIMENTO PARCIAL. Juros remuneratórios: devem ser devolvidos os que incidiram sobre as tarifas e encargos a serem restituídos, a fim de evitar o enriquecimento sem causa. A repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, tem como

pressuposto de sua aplicabilidade a demonstração da conduta de má-fé do credor; o que fica afastado, no caso dos autos, ante a pactuação livre e consciente celebrada entre as partes” (TJPB; APL 0004534-53.2013.815.2001; Terceira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides; DJPB 25/08/2015);

*PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. Apelação cível. Ação declaratória. Cobrança de juros relativos à tac. Processo anterior que analisou as tarifas e declarou-as ilegais. Novo processo. Pedido de juros sobre as tarifas declaradas ilegais. Inocorrência da coisa julgada. Tríplíce identidade da ação. Não configuração. Má-fé. Indemonstrada. Devolução. Forma em dobro. Descabimento. Provimento parcial. **Juros remuneratórios: devem ser devolvidos os que incidiram sobre as tarifas e encargos a serem restituídos, a fim de evitar o enriquecimento sem causa.** Para se aferir se uma ação é idêntica a outra, faz-se necessária a decomposição dos processos a fim de analisar seus elementos mais simples, a saber: partes, pedido e causa de pedir. A repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor; tem como pressuposto de sua aplicabilidade a demonstração da conduta de má-fé do credor; o que fica afastado, no caso dos autos, ante a pactuação livre e consciente celebrada entre as partes” (TJPB; APL 0058746-58.2012.815.2001; Segunda Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 09/06/2015) – grifos nossos.*

Portanto, andou bem o juiz sentenciante ao declarar a nulidade dos encargos incidentes sobre as tarifas declaradas nulas em processo anterior, haja vista que devem seguir a mesma sorte das obrigações principais.

É de se destacar que, conforme bem observado pelo juízo *a quo*, o valor dos juros remuneratórios incidentes sobre as taxas declaradas ilegais deve ser restituído de forma simples, pois a restituição em dobro é penalidade que somente incide quando se verificam elementos dos quais se denota a má-fé ou conduta desleal do credor (art. 42, parágrafo único, CDC), o que, porém, não se verifica presente no presente caso.

Dessa forma, revela-se correta a sentença de parcial procedência da pretensão inicial, condenando-se a instituição bancária ao pagamento, na forma simples, de valor correspondente aos juros incidentes sobre as tarifas bancárias já declaradas ilegais nos autos do processo de nº 046.2012.002.503-9.

- Conclusão

Por tudo o que foi exposto, **NEGO PROVIMENTO** à **Apelação** da instituição financeira, mantendo na íntegra a sentença de primeiro grau.

No mais, majoro a verba honorária em favor do patrono do autor para R\$ 600,00 (seiscentos reais).

É COMO VOTO.

Participaram do julgamento, o Exmo. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos, Exmo. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho e o Exmo Dr. Tércio Chaves de Moura, juiz convocado, com jurisdição plena, em substituição ao Exmo Des. Luíz Silvio Ramalho Júnior. *Presente ao julgamento, a Exma. Dra. Janete Maria Ismael da Costa Macedo Procuradora de Justiça.* Sala de Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa 17 de julho de 2018.

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Desembargador Relator

